



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA**

Parecer nº 252/2019.

Processo Administrativo nº 2019/13.479.

Assunto: Parceria Público-Privada. Lei 13.019/2014. Decreto Municipal nº 4.503/2017.

Solicitante: Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias.

Cabe esclarecer, de início, que o parecer jurídico tem natureza eminentemente opinativa e consultiva não vinculando, em regra, os atos administrativos que a ele sucederem, estando excluídos da análise aspectos de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, bem como os aspectos referentes à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são de responsabilidade dos demais órgãos municipais.

Noutro ponto, quanto aos aspectos de natureza técnica alheios à seara jurídica, parte-se da premissa que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente, verificando a exatidão das informações constantes dos autos e atuando em conformidade com suas atribuições.

O expediente chega à Procuradoria Geral do Município para que se manifeste acerca da legalidade do Município de Erechim firmar parceria com a Associação grupo Escoteiro Acauã para implantação do projeto "Continuidade da Construção de Sede Própria", que foi aprovado com ressalvas pelo COMDICAÉ - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Erechim (fls. 20/21), mediante inexigibilidade de chamamento público e com recursos advindos do Imposto de Renda 2018, conforme a justificativa de fls. 24.



ERECHIM
100 Anos
Aqui é nessa casa!

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA**

Dos autos, devidamente autuado, constam o requerimento da entidade (fls. 02/03); informações sobre os valores destinados à entidade através do IR (fls. 04/07); Plano de Trabalho (fls. 15/18 e 27/30); manifestação do COMDICAIE (fls. 08/12 e 20/23); solicitação de despesa com a indicação da dotação orçamentária e assinatura de seu ordenador (fls. 14); justificativa para a não realização do chamamento público com comprovante de sua publicação (fls. 24 e 31); cópia das portarias de nomeação dos gestores e integrantes das comissões previstas pela legislação (fls. 32/36); documentos apresentados pela associação requerente (fls. 37/78 e 80/81); atestado de regularidade na prestação de contas anteriores (fls. 79); Parecer Técnico favorável à parceria pretendida, mediante inexigibilidade de chamamento público (fls. 83); Parecer da Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias atestando a regularidade da documentação exigida pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 4.503/2017, bem como a viabilidade econômica da parceria, seu interesse público e a compatibilidade do Plano de Trabalho (fls. 85/86); e, por fim, o encaminhamento a esta Procuradoria para análise jurídica da proposta.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - OSC's, em mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, definindo diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA**

No artigo 2º da Lei nº 13.019/2017, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015, encontra-se o conceito de OSC's, do que se conclui que a entidade requerente, diante de sua natureza, não possui fins lucrativos.

Em relação ao objeto da relação jurídica a ser mantida, cabe ao setor competente a análise aprofundada para assegurar-se do interesse público.

Consta dos autos a informação de que o valor a ser repassado à entidade foi vinculado por contribuintes quando do recolhimento do IR, o que inviabiliza o chamamento público, nos termos do artigo 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e artigo 31 do Decreto Municipal nº 4.503/2017.

Assim, cumpridas, pela entidade proponente, as exigências legais, havendo interesse público, viabilidade econômica e adequação do Plano de Trabalho, opino pela celebração da parceria instrumentalizada pelo Termo de Fomento (17 da Lei 13.019/2014), para consecução de finalidades de interesse público, sendo essas as considerações que elevo ao vosso conhecimento.

S.M.J., são essas as considerações que elevo ao vosso conhecimento.

À Secretaria Municipal de Administração – Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias.

Erechim, RS, 08 de agosto de 2019.

Tina Paula Gervasoni Müller
Procuradora Geral Adjunta do Município
OAB/RS 81.999B